

Dilemas do Desenvolvimento Territorial nos empreendimentos de Crédito Fundiário em Sergipe¹

R. M. Leite¹; J. E. dos Santos¹; E. da S. Ramos Filho²

¹Laboratório de Estudos Rurais, Departamento de Geografia, Universidade Federal de Sergipe, 49100-000, São Cristóvão-SE, Brasil

curuminbranco@gmail.com

²Departamento de Geografia, Universidade Federal de Sergipe, 49100-000, São Cristóvão-SE, Brasil

eramosfilho@gmail.com

(Recebido em 31 de agosto de 2010; aceito em 20 de dezembro de 2010)

A Reforma Agrária de Mercado (RAM) está inserida em um conjunto de políticas neoliberais criadas pelo Banco Mundial (BM) e implementadas em diferentes países do Sul, cujo objetivo expresso no discurso dos seus formuladores e governos, visa estimular a redução da pobreza através da mercantilização da terra, destinada à recriação do campesinato. A partir da sistematização e análise de dados contidos no Banco de Dados da Reforma Agrária de Mercado (BDRAM) confrontamos a reforma agrária e a de mercado no tocante aos valores pagos pela terra, número de famílias assentadas e mutuárias, número de assentamentos e de empreendimentos. Mediante a realização de trabalho de campo em um empreendimento de reforma agrária de mercado e realização de entrevistas semi-estruturadas com mutuários e líder comunitário analisamos as condições de (re)criação do campesinato por esta política pública, com ênfase nas condições de implantação e desenvolvimento dos assentamentos.

Palavras-Chaves: Reforma agrária de mercado, movimentos socioterritoriais, combate a pobreza rural.

The Market Based Land Reform (MBLR) is embedded in a set of neoliberal policies created by the World Bank and implemented in different countries of the South, whose express purpose in the speech of their makers and governments, aims to encourage the reduction of poverty through the commodification of land devoted to recreation of the peasantry. From the systematization and analysis of data contained in the database of Market Based Land Reform we confront the agrarian reform and market based land reform: the amounts paid for land, number of families settled and borrowers, number of settlements and developments. Upon completion of field work in different enterprises of agrarian reform and market performance of semi-structured interviews with borrowers and community leaders, we also propose an analysis of the recreation of the peasantry by this public policy, with emphasis on the implantation conditions and development of the settlements.

Keywords: market based land reform, reduction of poverty

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo visa contribuir com a análise dos impactos socioterritoriais de uma política pública criada pelo governo federal e financiada pelo Banco Mundial (BM), que recebeu diferentes nomenclaturas na última década (Cédula da Terra, Banco da Terra) e atualmente é intitulada de Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). Adotamos uma abordagem multiescalar, ou seja, discutimos o tema no mundo, no Brasil e, para melhor compreender a problemática, aprofundamos os impactos sofridos no caso sergipano. Para tal, achamos de grande valia debater o conceito de reforma agrária (RA) para em seguida confrontá-la com a reforma agrária de mercado (RAM). Analisamos a atualidade destes conceitos e da questão agrária para os estudos do campo brasileiro e sergipano.

A RAM é uma política de ação fundiária que consiste em um instrumento de financiamento para compra de terras, direcionada para camponeses sem terra ou com pouca terra. No Brasil este instrumento tem assumido um caráter de política compensatória que hipoteticamente auxiliaria o processo de RA. Objetivamos nesse texto apresentar os dilemas e contradições dessa política, enfocando o caso sergipano, demonstrando seu caráter débil de atenuar a pobreza

¹ Pesquisa realizada com auxílio financeiro do Programa de Auxílio à Integração de Docentes e Técnicos Administrativos Recém Doutores às Atividades de Pesquisa (PAIRD-UFS), contou com bolsa de Pesquisador Sênior do Conselho Latino Americano de Ciências Sociais – Programa de Estudos sobre Pobreza (CLACSO-CROP) e bolsa de iniciação científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

e de acelerar a RA. Para tal pensamos que é de grande valia demonstrar aspectos contemporâneos da questão agrária no Brasil, bem como explicitar o que entendemos como RA, para assim confrontá-la com a RAM. Não obstante enfocamos o caso de um movimento social do campo que está engajado na luta pela RA, e, que somente no estado de Sergipe, adentrou na RAM.

Este artigo está estruturado em três seções além desta introdução. Na segunda parte apresentamos a metodologia. Na terceira discutimos aspectos da atualidade da questão agrária brasileira, delimitamos conceitualmente a reforma agrária e apresentamos sua atualidade em face da concentrada estrutura fundiária brasileira. Para elucidar a problemática no estado de Sergipe, realizamos uma leitura escalar pensando alguns aspectos em âmbito global, nacional para posteriormente confrontarmos a territorialização da reforma agrária e da reforma agrária de mercado no estado de Sergipe remetendo o leitor no final desta seção ao caso de um empreendimento de crédito fundiário chamado Coop. de Ass. Agrícola Florestan Fernandes I e II situado no Estado de Sergipe. Por fim, na quarta seção, remetemos o leitor às considerações finais.

2. MATERIAIS E METODOS.

Nossa pesquisa foi realizada no Laboratório de Estudos Rurais (LABER), do Departamento de Geografia (DGE) na Universidade Federal de Sergipe (UFS), e está dividida em três procedimentos metodológicos: o primeiro se refere a revisão bibliográfica; segundo, a coleta e sistematização de dados quantitativos; e, por último, realização de trabalho de campo. Nos procedimentos quantitativos criamos o Banco de Dados da Reforma Agrária de Mercado (BDRAM) que consiste em uma categoria do Banco de Dados da Luta Pela Terra (DATALUTA) publicado anualmente pela Rede DATALUTA. Este nos permitiu analisar a territorialização da Reforma Agrária de Mercado (RAM), confrontando-os com o mesmo processo no tocante ao programa nacional de reforma agrária (RA), utilizando-se do próprio DATALUTA, com foco no Estado de Sergipe.

O Banco de Dados de Luta Pela Terra (DATALUTA) reúne dados referentes à questão agrária brasileira, dentre os quais se destacam: número de famílias em ocupações de terras e de famílias em assentamentos de reforma agrária, mudanças na estrutura fundiária, movimentos socioterritoriais que atuam no campo. No BDRAM compilamos na escala Brasil, por unidade da federação e por município, informações da RAM. Utilizamos ainda, os dados do Censo Agropecuário 2006, publicado recentemente pelo Instituto Nacional de Geografia e Estatística (IBGE), referentes à estrutura fundiária brasileira.

Articulando o BDRAM ao DATALUTA, procuramos melhor entender a RAM e sua territorialização. Neste sentido, construímos tabelas, gráficos e cartogramas que permitissem o confronto entre o número de ocupações e de empreendimentos de RAM e número de assentados em RA. Confrontamos os números referentes aos custos tanto da RA, quanto da RAM. Para coletar os dados mais recentes da RAM utilizamos o portal do Programa Nacional de Crédito Fundiário, hospedado no site Ministério do Desenvolvimento Agrário, especificamente na zona denominada Sistema de Informações Gerenciais.

Dentro do sistema supracitado, encontramos microdados que são coletados e organizados em planilhas de dados, entre região, estado, município. Coletamos as seguintes informações: nome do mutuário; o valor da propriedade que é referente ao SAT; o valor do crédito para viabilizar a infra-estrutura do empreendimento nomeado de SIB; o nome da propriedade adquirida; área; o total (somatória do SAT com o SIC); a fonte e data. Elaboramos os mapas a partir do software livre *Philcarto*® que a partir de tabelas criadas na planilha e das bases cartográficas organizadas com o *software Adobe Illustrator*® produzimos cartogramas.

Realizamos, ainda, trabalho de campo nos empreendimentos do Banco da Terra denominados de Associação Cooperativa Agrícola Florestan Fernandes I e Associação Cooperativa Agrícola Florestan Fernandes II cujos mutuários integram a base do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras (MST). Nesta localidade realizamos entrevista semi-estruturada com um mutuário integrante do Setor Frente de Massas do MST sobre as condições

de implantação e desenvolvimento do empreendimento. E procedemos ainda visita técnica aos lotes familiares de moradia, lotes produtivos e infraestrutura comunitária.

No âmbito do LABER realizamos colóquios e revisão da literatura sobre a questão agrária e as temáticas que englobam e elucidam a RAM em escala mundial, nacional e local. Compõem o nosso referencial teórico: Mônica Dias Martins (2004), Claude Raffestin (1993), José de Souza Martins (1981), dentre outros. Por fim, buscamos, através destas etapas, analisar a realidade da RAM na tentativa de encontrarmos o devir do fenômeno em questão, ou seja, acompanhar seu desenvolvimento, facetas e suas contradições. Entendemos que sem uma análise empírica do fenômeno não conseguiríamos criar as ilações expostas no presente trabalho, por isso achamos primordial este feito.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1. ATUALIDADE DA QUESTÃO AGRÁRIA: A RESISTÊNCIA DO CAMPEPINATO E A REFORMA AGRÁRIA

O mundo no qual vivemos possui problemas muito complexos, e a questão agrária é um destes. A sua complexidade envolve várias facetas com causas pretéritas e implicações atuais. Presenciamos um momento de desequilíbrio no mundo ao qual se atrelam problemas ligados ao meio ambiente, às crises sociais como a fome e miséria. Tais problemas estão concentrados na cidade e no campo, e um não está dissociado do outro. O camponês que outrora fora expropriado do campo hoje ocupa as cidades nas favelas, vivenciando a miséria.

O capitalismo se expande por todo globo controlando todos os setores de produção. Porém no campo, através de relações não-capitalistas, os camponeses conseguem resistir, mesmo que muitas vezes recriadas e subjugadas pelo capital (parceria, arrendamento, meação); ou seja, o capital em seu aspecto contraditório e combinado ao mesmo tempo em que expande as relações de produção capitalistas, destrói, cria e recria relações de produção não-capitalistas sob o seu controle. A resistência dos camponeses ao processo de sua destruição pode se dá a partir da organização nos movimentos socioterritoriais, que perpetuam bases de produção não-capitalistas, porque não só expandem a luta pela terra e a luta pela reforma agrária, denunciando o latifúndio e cobrando do Estado que se efetive o processo desapropriatório, mas com ela levam formas de lidar com a terra, ou seja, de produzir e resistir. Como podemos ver:

Nesse sentido, o campesinato se organiza politicamente para conquistar a (re) criação do seu trabalho em uma lógica contrária ao capital. As lutas pela terra se configuram em lutas contra o capital. Tal medida busca romper com o controle monopolístico da propriedade das terras e instituindo relações sociais de produção não-capitalistas, fundamentadas no trabalho familiar. (RAMOS FILHO, 2008a, p. 365)

A expansão do capitalismo no campo é um aspecto importante para entendermos a questão agrária, afinal, com a concentração de terras, o capital engendra um empecilho para a reforma agrária. De acordo com estudo publicado recentemente pelo cientista social Miguel Carter (2010), o Brasil possui hoje 231,3 milhões de hectares de terras improdutivas e 25 milhões de pessoas passando fome. Não só o Governo FHC, como também o governo Lula, promoveram ações de reforma agrária tímidas.

Até o governo FHC, por exemplo, o Estado brasileiro havia beneficiado cerca de 605 mil famílias de trabalhadores rurais por meio da alocação de 27 milhões de hectares de terras públicas e privadas (CARTER, 2010, p.59). No início do governo Lula, em 2004, foi publicado o II PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária cujas principais referiam-se assentar 400 mil novas famílias na reforma agrária, regularizar a posse da terra para 500 mil famílias e incorporar 150 mil famílias com o Crédito Fundiário (MDA, 2004). Contudo, entre 2003 e 2009 foram assentadas 228.335 novas famílias, regularizou-se as posses de 129.440 famílias e incorporou ao Crédito Fundiário 58.240 famílias (FERNANDES, 2010a) um desempenho tímido e insuficiente para alterar a concentração fundiária brasileira, conforme atesta-se na tabela 1.

TABELA 1 – BRASIL – ESTRUTURA FUNDIÁRIA - 2006

Estratos de área	Nº de estabelecimentos	%	Área em ha	%
Menos de 10 ha	2.477.071	50,4	7.798.608	2,4
10 a < de 100 ha	1.971.577	40	62.893.092	19,1
Menos de 100 ha	4.448.648	90,4	70.691.700	21,5
100 a < de 1.000 ha	424.906	8,7	112.696.478	34,1
1.000 ha e mais	46.911	0,9	146.553.218	44,4
Total	4.920.465	100	329.941.396	100

Fonte: Censo Agropecuário 2006, IBGE. (Organização Eraldo da Silva Ramos Filho, Reuel Machado Leite, Jorge Edson dos Santos).

Observa-se que apenas 0,9% dos maiores estabelecimentos rurais no país concentram 44,4% da área total dos estabelecimentos, em contraste 90,4% dos estabelecimentos pequenos que dispõem de apenas 21,5% da área.

Segundo Ramos Filho (2008), a reforma agrária depende substancialmente da força reivindicatória dos movimentos socioterritoriais, faz parte do embate entre sujeitos que possuem interesses distintos e esse embate é decisório na efetuação das políticas públicas para o campo. São esses sujeitos que movem a política de assentamentos no país. Portanto, esta depende da ação dos movimentos de luta no campo, por isto coadunamos com Ramos Filho (2008) em pensar a reforma agrária como território da política.

Defendemos que a realização de uma reforma agrária não pode ser efetivada sem a ação do poder público na promoção de uma alteração substancial nesta realidade desigual na distribuição fundiária. A reforma agrária deve ser implantada em um período determinado, de tal forma que interfira na realidade social do campo brasileiro. Esta política pública não poderá ser efetuada sem um conjunto de políticas agrícolas, sociais, creditícias, previdenciárias, de assistência técnica, etc., que contemple a totalidade das necessidades dos sujeitos sociais.

É preciso que ela seja implantada em um período determinado, com início e fim previstos para promover o beneficiamento da parcela da sociedade que está excluída do acesso a terra e/ou das condições plenas de produção no campo. Deve ser drástica, porque visa promover alterações estruturais no *status quo* “mediante a redistribuição dos direitos sobre a propriedade da terra agrícola, ou seja, a modificação do regime de posse, uso e gozo da terra constitui a essência do processo reformista e, sem a reforma no sistema de tendência da terra, nenhuma reforma agrária é digna desse nome” (SILVA, 1971, p. 39). (RAMOS FILHO, 2008a, p. 381).

O conjunto de ações governamentais que visa a implantar nos assentamentos de reforma agrária a assistência social, técnica, de fomento e de estímulo à produção, comercialização, beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários. Estão incluídos nessas ações: educação e saúde públicas, [previdência social], assistência técnica, financeira, creditícia e de seguros, programas de garantia de preços mínimos e demais subsídios, eletrificação rural e outras obras de infra-estrutura, construção de moradias e demais instalações necessárias etc (OLIVEIRA, 2005, p.390) [grifos dos autores].

Atualmente vemos no Brasil a defesa da propriedade privada preponderando sobre as dimensões sociais da questão agrária. A leitura que para nós provém dessa lógica, é o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) que esvazia o conteúdo político e social da política nacional de reforma agrária, problemática que debateremos a seguir.

3.2. TERRITORIALIZAÇÃO E IMPACTOS SOCIOTERRITORIAIS DA REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO

O Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) reúne diferentes linhas de financiamento de terras para agricultores pobres, sem terra ou com pouca terra. No nosso entender, trata-se de uma política fundiária neoliberal, originada sob os auspícios das políticas de terras do Banco Mundial. Em face das suas características de funcionar a partir de mecanismos de compra e venda de terras e por denominação apostada pelo próprio Banco, diferentes estudiosos do tema (PEREIRA, 2004; SAUER, 2001; RAMOS FILHO, 2008) a tem denominado de reforma agrária de mercado.

Supostamente, segundo os seus formuladores, consiste em uma política que vem como uma alternativa às dificuldades e ineficiências ao modelo de reforma agrária previsto na Constituição Federal, que consiste na desapropriação de terras improdutivas para fins assentamento de famílias sem terra. Os causídicos da RAM criticam o conflito que envolve os encaminhamentos da reforma agrária distributivo-desapropriacionista, bem como a lentidão do processo de desapropriação. Assim, através de um instrumento de compra e venda de terras, pretendia-se baixar os custos de arrecadação das terras, atenuando a pobreza.

Nas últimas duas décadas, diferentes política de terras neoliberais, formuladas pelo Banco Mundial foram implantadas em países da pobres da África, Ásia e América Latina, dentre os quais o Brasil é a nação que mais aprofundou este instrumento fundiário. Temos acompanhado através de revisão bibliográfica (MARTINS, 2004; PEREIRA, 2004; RAMOS FILHO, 2008a e 2008b), bem como através da realidade estudada em Sergipe, uma série de implicações e impactos negativos que o modelo de mercado tem causado no campo. Uma delas é a dificuldade que os mutuários que contraem o financiamento têm em saldar seus compromissos com seus credores e da debilidade que esse modelo tem de atenuar a pobreza de fato. Sabemos que o território é palco de intencionalidades e que a RAM recria novos territórios dentro do modelo capitalista e para os fins do capital. Este contexto está inserido no processo de expansão do capitalismo no campo, criando e recriando o trabalho familiar, fenômeno que Martins (1981) denominou de *reprodução ampliada das contradições do capitalismo*. Para melhor compreendermos a territorialização da RAM, partimos da nossa afiliação teórica sobre a categoria território.

Para Raffestin (1993) o território seria o conjunto das estruturas formadas por: tessituras, nós e redes. A tessitura de um território seria o limite deste; a área ao qual se insere o conjunto de nós e redes, em suma, a sua delimitação ou o seu conjunto de fronteiras. Essa tessitura pode ser estável ou não, isso dependerá da constituição desta. Geralmente as tessituras de ordem política são mais estáveis do que a de ordem econômica, uma vez, que esta última, muitas vezes não possui uma territorialidade precisa. Em um conjunto de ligações de no mínimo três pontos se constitui uma rede, que seria aquilo que asseguraria a comunicação, mediante a uma intenção estabelecida.

A estrutura tessituras-nós-redes é exteriorizada por um grupo. É a encenação de uma estrutura interiorizada (...). Mas o simples fato de que esse conjunto se manifesta para qualquer grupo indica que, apesar das formas que possa tomar, é assinalável na passagem da interioridade à exterioridade (RAFFESTIN, 1993, p. 151).

É dentro desta ótica que refletimos a RAM como uma rede complexa e multidimensional, onde vários pontos criam nós institucionais e multi-escalares (global, nacional, regional, local), entre instituições financeiras supranacionais e governos nacionais, que por sua vez constroem nós entre os governos locais e os camponeses e, entre os camponeses e os proprietários de terras.

Durante a década de 80 pôde-se vivenciar uma sucessão de diversos acontecimentos históricos de escala global, como: a crise dos regimes socialistas, o fim da Guerra Fria e a crise das dívidas externas dos países pobres, estes fatos proporcionaram a ampliação da influência dos organismos multilaterais junto aos países pobres. É neste contexto transitório que

organismos multilaterais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e, neste caso, especificamente o Banco Mundial (BM) irão desenvolver e difundir nos países pobres um conjunto de políticas neoliberais. Na realidade, consistem em uma macro-reforma estrutural que, segundo seus formuladores, teria o objetivo de promover o desenvolvimento da indústria e da economia, a atenuação da pobreza no campo, entre outros.

Dentre estas políticas neoliberais promovidas pelo BM em conjunto com os governos aderentes estará inserida a reforma agrária de mercado (RAM), que consiste – segundo é propalado pelos seus causídicos – no auxílio a políticas de reforma agrária através da mercantilização da terra. O discurso do BM se fundamenta na defesa da propriedade privada da terra. O que se percebe é que através da RAM pretende-se a criação de um mercado de terras, no qual prevaleceria uma relação de compra e venda entre trabalhadores sem terra ou com pouca terra e o proprietário de terras.

A partir desta relação já pode ser percebido um desequilíbrio em relação ao patamar materialmente diferenciado em que se encontram cada uma das partes envolvida nesta relação. Um território decorre do exercício das relações de poder, o nó aí criado pelo agricultor e o proprietário de terras é uma relação entre dois sujeitos que possuem igualdade jurídica e desigualdade econômica.

Pensamos que isso se articula ao proposto por Martins (1981) sobre a relação desigual entre capitalista e o trabalhador, relações que no pensamento neoliberal se resumem a uma questão de livre escolha, onde a pessoa do trabalhador, não obstante, a do trabalhador sem terra estaria livre para escolher as condições que lhes fossem melhores (de trabalho, da compra das propriedades, etc.). “Na verdade, isso é possível porque a desigualdade econômica entre capitalista e o trabalhador só pode ocorrer com base na igualdade jurídica sob a qual eles se defrontam.” (MARTINS, 1981, p. 155).

Peter Rosset (2004) se refere a RAM como parte de um pacote de políticas agrárias do BM e aponta que o conteúdo do mesmo contempla: **administração da terra**, que se refere ao cadastramento e georeferenciamento das propriedades; a **titulação alienável**, para viabilizar a compra dos imóveis; a **privatização de terras públicas e comunais**; e por fim a criação de um **mercado de terras** e posteriormente um **fundo de terras**. A aplicação dessa política pode ocorrer aleatoriamente ou na seqüência proposta, isso dependerá da conjuntura inerente a cada país.

As políticas fundiárias do BM foram introduzidas em 1987, no Ceará, durante o governo de Tarso Jereissati², através do Projeto São José (PSJ) com vistas a aportar um caráter popular ao projeto já que leva o nome do santo referenciado pelo campesinato no catolicismo popular. No ano de 1996, na segunda gestão do governador Tasso Jereissati foi incorporado ao PSJ um componente de ação fundiária, chamado Reforma Agrária Solidária. O governo do Ceará avaliou o projeto como um sucesso na agilização da aquisição de terras, porém, a denominação do projeto esvazia o conteúdo político da reforma agrária, tema tradicionalmente marcado pelo conflito, mediante a introdução do mercado como promotor de um processo “pacífico” e “solidário”.

Em 1995, Fernando Henrique Cardoso³ (FHC) inicia seu primeiro mandato, e é nesta mesma época que as pressões políticas dos movimentos sociais no campo, sobretudo do MST, são intensificadas. Os latifundiários reagiram com violência, culminado em dois grandes massacres: o Massacre de Corumbiara, em Rondônia, no ano de 1995, e, o Massacre do Eldorado dos Carajás, no Pará, em 1996. Em resposta, o MST realizou a Marcha Nacional por Emprego e Justiça que se dirigiu até Brasília em 1997. Neste contexto de verdadeira barbárie, bem como de pressão por parte dos movimentos sociais do campo, se tornou imperativo ao então presidente uma atitude para atenuar o clima de tensão.

² Tasso Jereissati é fundador do Partido da Social Democracia Brasileira e foi governador do Estado do Ceará de 1987 a 1991 e 1995 a 2005.

³ Fernando Henrique Cardoso, sociólogo e cientista político brasileiro, foi presidente do Brasil de 1995 a 1998 e de 1999 a 2002.

O governo, mais uma vez, havia que *correr atrás do prejuízo*. A repercussão dos massacres converteu-se em escândalo internacional, um descumprimento grave dos Direitos Humanos e, para o governo, mais que isso, a repercussão internacional dos fatos eliminava a confiança no Brasil por parte dos investidores internacionais, em particular o capital especulativo. (RAMOS FILHO, 2008a, p. 214)

A RA assumia, já no primeiro mandato do governo FHC, a condição de política compensatória (RAMOS FILHO, 2008a, p. 214). O governo ampliou a experiência do PSJ, criando em 1997 o Projeto-Piloto de Reforma Agrária e Alívio da Pobreza, que ficou conhecido como Cédula da Terra (CT). Este programa operou até 2002 nos Estados do Maranhão, Ceará, Pernambuco, Bahia e Minas Gerais. Em 1999, começou a operar o Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra (BT), que provém da Lei Federal Complementar nº93, de 04 de fevereiro de 1998. O BT permaneceu em operação de 1999 até 2003. Após a criação do BT várias denúncias foram feitas por entidades sociais, como: desvio de recursos, superfaturamento do valor das áreas adquiridas, atendimentos de pessoas sem o perfil determinado nas normas do programa.

Com o governo Luís Inácio Lula da Silva,⁴ em 2003, foi criado o II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA). O governo Lula incorpora e adensa o mecanismo fundiário adotado pelo BM por quase todo o país, no seu discurso de governo a RAM é um instrumento complementar ao programa nacional de reforma agrária.

A implantação do PNCF se dá mediante um arranjo institucional no qual os empréstimos do BM aos governos dos Estados-Nação são aplicados e mediante o estabelecimento de convênios entre este último e os governos estaduais e municipais. Aos governos locais cabe avaliar os projetos dos mutuários e estipular metas de atuação do programa. Esta avaliação é efetuada através dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), os Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS) e as Unidades Técnicas Estaduais (UTE), este último, assegura a tramitação e monitora a execução das propostas de financiamento (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2004).

O PNCF designa duas linhas de financiamento: o Combate a Pobreza Rural (CPR) que envolve agricultores que se unem em uma associação para adquirir o crédito; Consolidação da Agricultura Familiar (CAF) que seria um crédito individualizado, especificamente dedicado a agricultura familiar. Além dessas linhas o PNCF cria ações como: a) Terra Negra Brasil (TNB) voltados para comunidades de remanescentes quilombolas; b) Nossa Primeira Terra (NPT) voltada para jovens agricultores; c) Terra para Liberdade (TL) que em tese se volta para a erradicação do trabalho escravo. Atualmente, com o esgotamento dos empréstimos do BM, o PNCF é executado com recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária.

Considerando o proposto por Ramos Filho (2008a) a RAM no Brasil, tem se mostrado ao longo do tempo um mecanismo débil para a atenuação da pobreza, tendo em vista alguns impactos como: a estimulação de um processo de minifundização, a elevação dos preços dos imóveis, endividamento dos agricultores mutuários, entre outros. Direcionamos nossa análise para o estado de Sergipe a fim de verificar os impactos socioterritoriais aí materializados.

3.3. A TERRITORIALIZAÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO EM SERGIPE

Nesta seção nos debruçamos sobre análise da RAM no Estado de Sergipe. Para podermos compreender a sua dinâmica ao longo do tempo nos apropriamos do pensamento de Ramos Filho, que delimita a RAM em três fases considerando o arranjo político institucional da RAM local: 1) Articulação e implantação inicial; 2) Consolidação e diversificação; 3) Expansão programada. (RAMOS FILHO, 2008a, p. 44).

⁴ Luís Inácio *Lula* da Silva é um político e ex-sindicalista brasileiro, foi presidente do Brasil de 2003 a 2006 e de 2006 a 2010.

Em Sergipe, a primeira fase corresponde ao período em que a RAM foi introduzida, no ano de 2001, pelo governador Albano Franco⁵, através da linha de financiamento Banco da Terra (BT), sendo o primeiro imóvel comprado a Fazenda Fabiana, pela Associação Fruto da Terra Simão Dias. Esta fase é nomeada dessa forma porque foi o período ao qual ocorreu o arranjo institucional entre os governos federal e estadual para que se implantasse a RAM no Estado. Inicialmente a gestão da RAM no Estado ficava na responsabilidade da Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (EMDAGRO) e os empréstimos financeiros pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Esta fase se estende entre 2001-2003 adentrando aí o subsequente governo. Foi criada a linha de financiamento Crédito Fundiário (CF) que posteriormente, no governo Lula, foi transformada em Combate a Pobreza Rural (CPR).

A segunda fase da RAM em Sergipe compete aos governos de João Alves Filho⁶ e de Luís Inácio *Lula* da Silva que compreende o período entre 2004-2006. Nesta fase ocorrem alguns fatos importantes, como a criação do PNCF e a dissolução da EMDAGRO, ficando com a PRONESE a atribuição da operacionalização do Crédito Fundiário em Sergipe. No âmbito do PNCF foi implantando, primeiramente a linha de financiamento CPR e mais recentemente, nos últimos dois anos, introduzindo o CAF. Com este já se verifica a tendência de individualização dos sujeitos, tendo em vista a não necessidade de formação de associação para acessar o financiamento. Devido o apoio da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) ao PNCF em nível nacional a Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Sergipe (FETASE) passa a dar apoio político-operacional a RAM no Estado de Sergipe.

O governo João Alves Filho foi marcado pela maciça repressão à luta pela reforma agrária e aos movimentos socioterritoriais que a representam, como, por exemplo, o MST. Ao mesmo tempo construía um imaginário através da maciça propaganda a respeito da RAM propalando que este seria um mecanismo mais pacífico de reforma agrária, apesar da forte repressão aos trabalhadores.

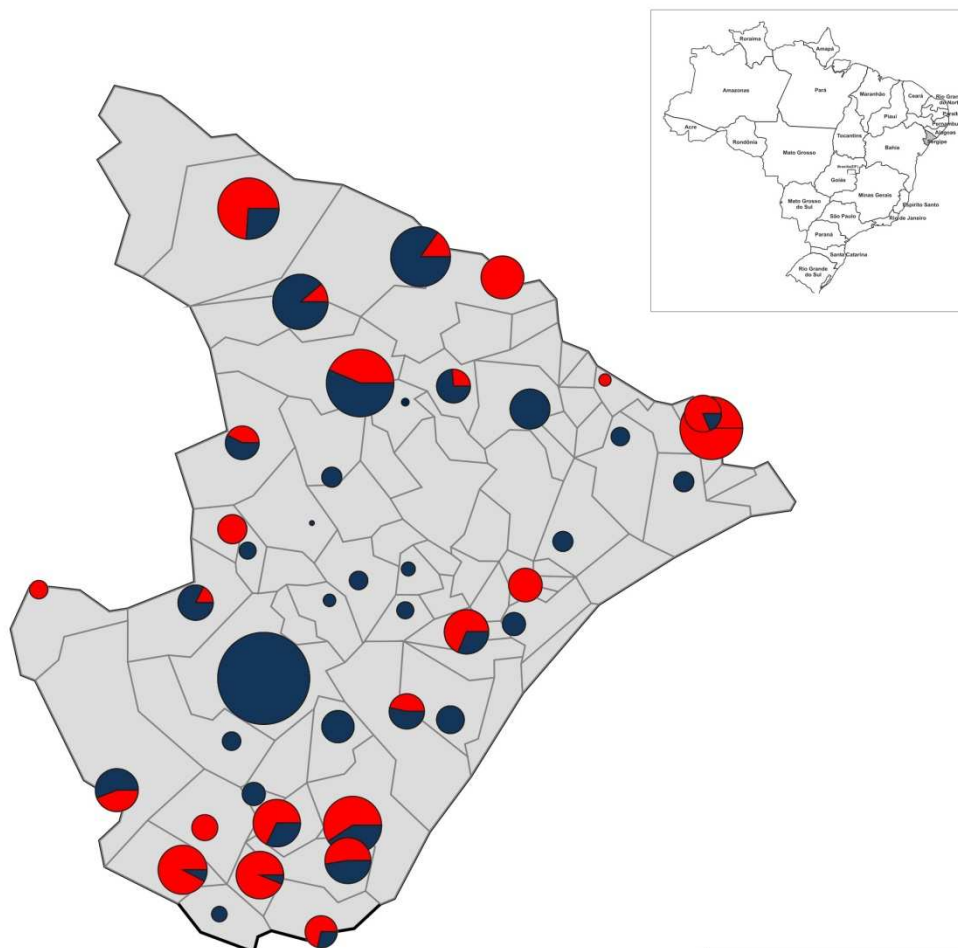
A terceira fase compete ao governo de Marcelo Déda⁷ que tem início em 2007, e foi marcada pela expansão da RAM no estado, porém apesar da audaciosa meta de atingir 1.000 (Hum mil) famílias em Crédito Fundiário até dezembro de 2007. Esta meta não se cumpriu. A RAM em Sergipe tem um histórico relativamente curto, data de 2001 sua implementação. A partir da Figura 1, vemos que ela se territorializa por quase todo o estado no período de 2001-2008. Tendo em vista a territorialização da RAM e da RA demonstrada na Figura 2, podemos perceber a freqüente ocorrência de famílias em RA, ocupações de terras e em RAM em um mesmo município. Este fato nos faz formular a ilação de que ambas concorrem por públicos semelhantes. Não obstante observamos que o maior número de famílias em RA esta nos municípios do Alto Sertão Sergipano, região que não por acaso é também alvo de concentração das famílias atingidas pela RAM.

⁵ Albano do Prado Pimentel Franco é um empresário, advogado e político brasileiro com atuação em Sergipe. Por meio de dois mandatos consecutivos foi Governador do Estado de Sergipe entre 1995-2002.

⁶ João Alves Filho é um político brasileiro filiado ao Democratas (ex-PFL). Os principais destaques de sua carreira na vida pública foram seus mandatos como prefeito de Aracaju (1974-1977), governador de Sergipe (1983-1987), (1991-1994), (2003-2006) e sua nomeação como ministro do Interior (1987-1990).

⁷ Marcelo Déda Chagas é um político brasileiro e foi prefeito de Aracaju de 2001 até 2006, quando renunciou para concorrer ao cargo de Governador de Sergipe. É filiado ao Partido dos Trabalhadores.

Figura 1
Sergipe
Distribuição das famílias em RAM e em Ocupações por município
2001 - 2008



Legenda

629
 345
 97
 66
 14

■ FAM RAM
 ■ FAM OCUPAÇÕES

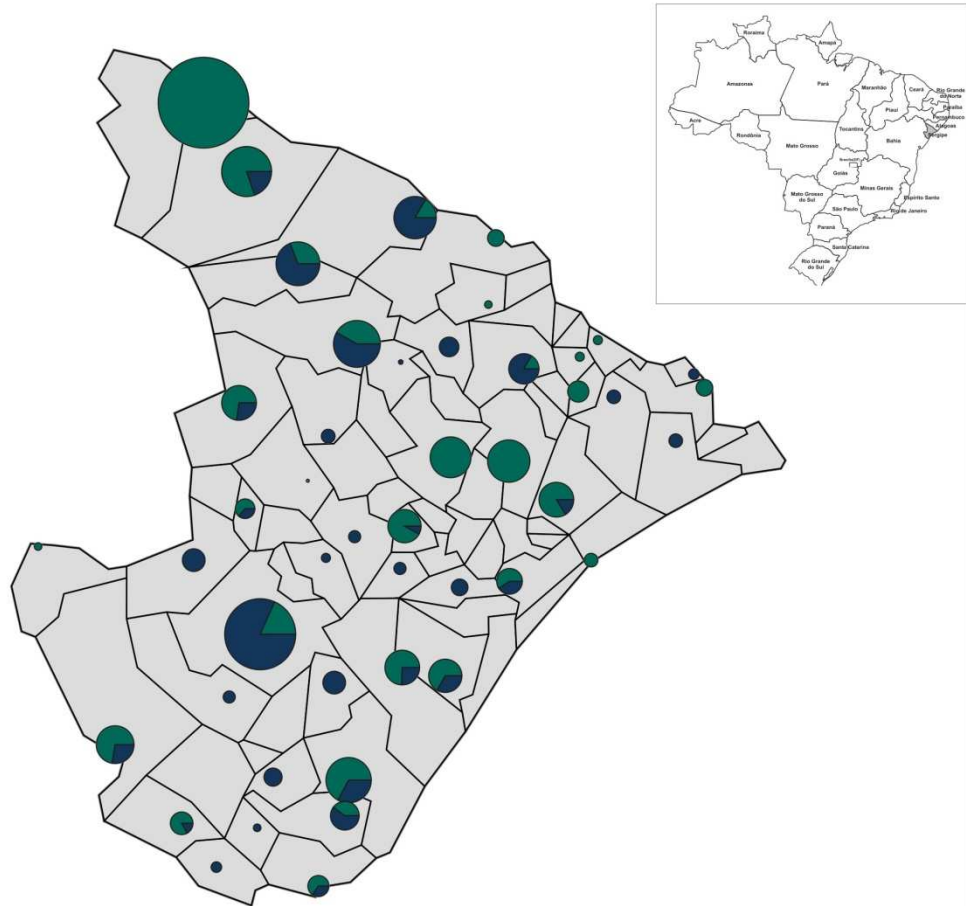
Fonte de Dados: PNCF - SIG/SAC, MDA, BDRAM.

DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra
LABER - Laboratório de Estudos Rurais
Coordenação: Dr. Eraldo da Silva Ramos Filho
Cartografia: Reuel Machado Leite

Software de Cartomática: : PhilCarto
[Http://philcarto.free.fr](http://philcarto.free.fr)
Base Cartografica: Philipp Wainiez

Apoio: CLACSO, PAIRD, CNPQ.

Figura 2
Sergipe
Distribuição das famílias em RAM e em RA por município
2001 - 2008



Legenda

1260
770
143
61
13

■ FAM RAM
■ FAM RA

Fonte de Dados: PNCF - SIG/SAC, MDA, BDRAM.

DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra
LABER - Laboratório de Estudos Rurais
Coordenação: Dr. Eraldo da Silva Ramos Filho
Cartografia: Reuel Machado Leite

Software de Cartomática: : PhilCarto

[Http://philcarto.free.fr](http://philcarto.free.fr)
Base Cartografica: Philipp Wainiez

Apoio: CLACSO, PAIRD, CNPQ.

Observando a tabela 2 abaixo, constata-se que a RA assentou um número maior de famílias, em uma área maior, com um custo proporcionalmente menor que o verificado no desempenho da RAM, contradizendo o argumento de que a participação dos camponeses na livre negociação de compra da terra possibilitaria menores custos. Assim fica claro que o modelo de mercado que a RAM propala não diminui os seus custos. Esta é mais uma prova da sua condição concorrencial com a RA.

TABELA 2 – SERGIPE - DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE FAMÍLIAS E ÁREA DE RA E RAM (2001-2008)

		Nº de famílias		Área (ha)		Valor contratado (R\$)*	
		RA	RAM	RA	RAM	RA	RAM
FHC Albano	2001	250	576	4.044	4.682	851.612	8.519.920
	2002	1.569	354	24.608	6.649	5.752.836	5.580.201
Lula – João	2003	63	392	1.882	3.194	458.533	3.636.042
	2004	305	319	4.773	4.170	1.940.579	3.282.014
	2005	1.236	352	15.732	3.345	9.059.027	3.603.524
	2006	116	117	2.775	1.215	1.768.623	2.058.048
Lula Dêda	2007	92	222	1.535	2.764	1.251.717	4.296.949
	2008	448	218	12.404	2.870	17.077.948	6.880.674
	Total	4.079	2.550	67.753	33.571	38.160.875	37.857.372

Fonte: Banco de Dados da Luta pela Terra – DATALUTA; Superintendência Regional do INCRA, em Sergipe; MDA/SRA/PNCF; PRONESE; EMDAGRO

* Os valores de contratação da RAM incluem apenas o Subprojeto de Aquisição de Terras (SAT) e para a RA referem-se ao valor pago pela terra nua.

Na perspectiva de melhor compreender os impactos socioterritoriais desta política que passamos agora à análise de determinadas dimensões da recriação do campesinato em dois empreendimentos do Banco da Terra, que resulta de uma ação de contra-reforma agrária adotada pelo Estado, durante o governo Albano, na qual a enganação de famílias ligadas ao MST é a tônica.

3.3.1 Impactos socioterritoriais da reforma agrária de mercado: o caso da Associação de Cooperativa Agrícola Florestan Fernandes I

O Movimento Sem-Terra (MST) é um movimento de luta pela reforma agrária, que surgiu a partir de ocupações de terra na região sul do Brasil. Sua fundação ocorreu no 1º Encontro Nacional dos Sem-Terra em Cascavel, Paraná que ocorreu entre 20 e 22 de janeiro de 1984. No seu processo de institucionalização o MST contou com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que articulou os camponeses que ansiavam lutar pela aquisição de terras. O MST tem como característica geral a organização política em prol da reforma agrária e efetua a ocupação de latifúndios como forma de denunciar à sociedade e ao Estado da existência da subutilização da terra, para que se efetue a desapropriação. Portanto, a seguir trataremos de um exemplo de territorialização desse movimento socioterritorial em outra lógica totalmente diferente da RA, agora vamos mostrar esse agente em um contexto de RAM.

O empreendimento de RAM Associação de Cooperativa Agrícola Florestan Fernandes I foi criado no ano 2003, está situado no povoado de Rita Cacete, no município de São Cristovão. Neste empreendimento residem 29 famílias em uma área de 159 hectares. Os mutuários que adquiriram esta propriedade pertencem ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e tiveram acesso ao crédito fundiário através do programa Banco da Terra (BT).

O processo de formação deste empreendimento tem um caráter contraditório, que provém de um arranjo burocrático que envolveu a Igreja Católica, o Governo do Estado e o MST. Segundo os mutuários este imóvel provém da troca da fazenda Taboca que fora ocupada pelo MST, pela fazenda Aliança, mediante a negociação entre o Estado e os ocupantes, como podemos ver:

Essa área foi de troca, a gente troquemo ela... aqui se chama Aliança, Fazenda Aliança e lá se chama Taboca mermo, e a Taboca pegou o nome de Taboca por causa da fazenda no povoado lá em Socorro, e nois viemo pra cá. A arrumação da troca, a Igreja ela chegou a gente tava despejado na pista né, aí como a gente não vinha batendo nela e nem nada e tal, aí ela com medo da gente bater aí dizia que a terra era da Igreja, mais num dissemo que a Igreja que deu, né. Butemo pra cima de uma cara lá que criava uma gado lá e tal, butemo pra cima dele, era arrendatário da terra butemo pra cima dele. E aí despois a gente lá e a Igreja passou e a gente lá no meio da estrada, os membro da Igreja, os comissário dela lá, derrepentemente mandaram me chamar e eu cheguei lá e nois tivemos uma reunião, nessa reunião foi convocado João Daniel, Daniel veio, e aí foi colocado o governo de frente, e o governo trocou né.” (Entrevistado 01, São Cristovão, 2009)

Ao invés dos camponeses serem direcionados para um assentamento de reforma agrária, foram direcionados para o Banco da Terra. A contradição é que os camponeses reivindicavam por reforma agrária e não pelo crédito fundiário, o que nos leva a ilação de que houve uma ação de contra-reforma agrária. Fato que não só obliterou o processo desapropriatório, bem como recriou os camponeses através dessa política, uma vez que as bases políticas e históricas do MST são antagônicas a esse tipo de ação, apesar das famílias deliberarem pela troca da fazenda. Vamos ver então o que o mutuário respondeu quando perguntamos se eles reivindicavam o crédito fundiário:

Não, quando nois viemo saber que a gente tava aqui pelo crédito fundiário a gente já tava aqui, aí o que é que acontece a terra aqui ela não pegava as 55 pessoa, que era 60 pessoas, aí exigiros duas associação, aí eu perguntei pra que era duas associação. Não porque a troca a vai ser pelo Banco da Terra, que tem que tornar um dinheiro e só quem pode tornar esse dinheiro é o Banco da Terra. (Entrevistado 01, São Cristovão, 2009)

O alto custo da dívida impele o mutuário à submissão da renda oriunda da sua produção para pagar os custos do débito. A dívida do mutuário está relacionada ao crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar (PRONAF) que consiste em R\$ 2.952,72 (Dois mil novecentos e cinquenta e dois reais e setenta e dois centavos), e aos créditos referentes à compra da terra.

Penso que a origem desta contradição reside: primeiro na falta de incentivo do governo federal para dar assistência técnica, para fazer com que a terra produza; segundo que os mutuários ao entrar na terra já entram sem renda alguma, afinal sua origem é de sem terra. Visto isto, questionamos o entrevistado sobre as mudanças entre o antes e depois de entrar no Banco da Terra, que nos foi respondido da seguinte forma:

Rapaz... a diferença ela fica uma diferença grande, eu acho que seja grande. A primeira diferença é essa: como aqui é crédito fundiário fica difícil agente “cavar” mais recurso pra gente, porque agente só recorre lá e lá só compra terra. Eles diz, que tem isso tem aquilo faz isso faz aquilo, mas quando agente vai atrás não existe. E pelo INCRA não, pelo INCRA você tem como redificar o débito (...) Porque esse débito que agente tem aqui se fosse pelo INCRA o INCRA tava lá redificando junto com a gente. Tinha um técnico do INCRA para vir aqui, perguntando: Por que você plantou isso aqui e num deu? Por que isso aqui não foi feito? (...) E aqui é diferente né? Num tem um acompanhamento do INCRA, agente não têm o acompanhamento de ninguém (...) Não. Nós só fizemos uma

negociação com o Banco. Paguemos o juros né que agente ia pagar da terra, paguemos sete reais e pouco, cada um. E ficou aí né, pra num sei quando é do ano que vem agente pagar (...) E agente vai empurrando com a barriga isso aí já que o juros só faz a gente sem saber o que fazer.” (Entrevistado 01, São Cristovão, 2009)

Portanto podemos perceber as graves dificuldades ao qual o mutuário possui. A RAM é frágil no tocante a atenuar a pobreza. Afinal, com o elevado custo da dívida que segundo o Banco de Dados da Reforma Agrária de Mercado (BDRAM) as duas associações supracitadas contraíram um empréstimo de R\$ 599.654 reais (Quinhentos e noventa e nove mil e seiscentos e cinquenta e quatro reais), montante difícil de ser quitado em face das limitações na implantação do projeto. Diante deste contexto concluímos que a RAM tem dificuldades de atenuar a pobreza rural.

4. CONCLUSÃO

No mundo contemporâneo de complexas relações, percebemos que o capital, por onde se expande cria, destrói e recria relações sociais de produção. Expandindo também contraditoriamente um cenário de miséria e barbárie. É neste contexto que a Reforma Agrária (RA) é obliterada por discursos que agem em defesa da propriedade privada que por sua vez está em defesa do capital. A reforma agrária de mercado (RAM), que parte do arcabouço ideológico neoliberal, adensa cada vez mais esses princípios, engendrando a subordinação e a prisão dos mutuários em dívidas bancárias. Portanto, acreditamos que a RAM engendra relações assimétricas de poder, bem como no caso sergipano que se manifestou mais cara que a RA constitucional; débil em atenuar a pobreza, por motivos como a prisão em débitos bancários e a ausência de assistência técnica; esta política demonstrou ainda uma rápida e quase concomitante territorialização com relação a RA, e por almejar o mesmo público que esta, demonstra seu caráter concorrencial. Pensamos que a RAM desqualifica a luta dos movimentos socioterritoriais ao passo que funciona como conseguimos verificar no empreendimento estudado, como uma instrumento de contra-reforma agrária. E não se comportou, como está plasmado no discurso dos seus causídicos, como instrumento auxiliador da RA constitucional.

-
1. ANDRADE, Manuel Correia de. **Latifúndio e reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Duas Cidades, 1980.
 2. CARTER, Miguel. Desigualdade Social, Democracia e Reforma Agrária IN: CARTER, Miguel (Org.) **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 27-78.
 3. MARTINS, Monica Dias (Org.). **O Banco Mundial e a Terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia**. São Paulo: Viramundo, 2004.
 4. FERNANDES, Bernardo Mançano. A luta pela terra: história e mobilização do MST IN: CARTER, Miguel (Org.) **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2010a, p. 161-197.
 5. _____. **III PNRA: A reforma agrária como desenvolvimento territorial**. Boletim Dataluta, Presidente Prudente, Dezembro de 2010b. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/nera/boletim.php>> Acessado em 17 de dez. 2010.
 6. MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a política no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Vozes Ltda, 1981.
 7. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Projeto crédito fundiário e combate à pobreza rural (incluindo o Nossa Primeira Terra)**. Brasília: Março de 2004a.
 8. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **II Plano nacional de reforma agrária: paz, produção e qualidade de vida no meio rural**. Brasília: 2004b.
 9. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Reforma agrária. In: MOTTA, Márcia. (org.) **Dicionário da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 385-391.
 10. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH/Labur Edição, 2007.
 11. PEREIRA, João Márcio Mendes. **O modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial em questão: o debate internacional e o caso brasileiro**. Teoria, luta política e balanço

- de resultados. Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, 2004.
12. RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
 13. RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **Questão Agrária Atual: Sergipe** como referência para um estudo Confrontativo das políticas de reforma agrária e reforma agrária de mercado (2003-2006). Doutorado em Geografia - Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita” (Unesp), Presidente Prudente, 2008a.
 14. _____. **Movimentos socioterritoriais, a reforma agrária de mercado do Banco Mundial e o combate a pobreza rural: os casos do MST, CONTAG e MARAM**. Resistência ou Subordinação. Projeto de pesquisa. Aracaju: UFS, PAIRD, CLACSO-CROP, 2008b.
 15. ROSSET, Peter. O bom, o mal e o Feio: a política fundiária do Banco Mundial. In: MARTINS. Mônica Dias. (org.). **O Banco Mundial e a Terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia**. São Paulo: Viramundo, 2004, p.16-24.
 16. SAUER, Sérgio. **A proposta de “Reforma Agrária de Mercado” do Banco Mundial no Brasil. 2001**, Disponível em: <http://www.abrareformaagraria.org.br/artigo73.htm> Acessado em 04 de abr. 2004.
 17. SILVA, José Gomes da. **A reforma agrária no Brasil: frustração camponesa ou instrumento de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1971.
 18. TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação: o positivismo, a fenomenologia, o marxismo**. São Paulo: Atlas, 2008.